

-----**ATA NÚMERO 13/2021**-----

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM TRINTA E UM DE MAIO DO ANO DOIS MIL E VINTE UM.-----

-----Aos trinta e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal, pelas quinze horas, via vídeo/teleconferência, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, Dina Maria Gouveia Freitas Letra e Rúben Dinarte Silva Abreu, fim de ser discutido e analisado o seguinte ponto: “*Documentos de Prestação de Contas de 2020*”. A secretariar esteve Ana Paula Borges dos Santos, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Seguiu-se de imediato à discussão e votação dos referidos documentos:-----

1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020: -
Foram presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos

à gerência de um de janeiro a trinta e um de dezembro do ano dois mil e vinte, que se encontram definidos no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei número 192/2015 de 11 de setembro, que revogou o POCAL, exceto os pontos 2.9., 3.3. e 8.3.1., relativamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, bem como os elencados na instrução número 1 de dois e dezanove do Tribunal de Contas, os quais se dão aqui como reproduzidos, ficando, por fotocópia, arquivados em pasta própria.-----

---Os documentos indicam no saldo da gerência anterior o valor de € 9.899.414,00 (nove milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e catorze euros). Em termos de execução orçamental as receitas totalizam o valor de € 77.422.584,41 (setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos) e as despesas o valor de € 82.210.480,20 (oitenta e dois milhões, duzentos e dez mil, quatrocentos e oitenta euros e vinte cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se uma entrada de fundos no montante de € 359.908,64 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oito euros e sessenta e quatro cêntimos) e uma saída de fundos no montante de € 715.904,32 (setecentos e quinze mil, novecentos e quatro euros e trinta e dois cêntimos), resultando um saldo para a gerência seguinte de operações de tesouraria de € 397.557,57 (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete

euros e cinquenta e sete cêntimos) e de execução orçamental de € 10.203.266,59 (dez milhões, duzentos e três mil, duzentos e sessenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), o que totaliza um saldo para a gerência seguinte de € 10.600.824,16 (dez milhões, seiscentos mil, oitocentos e vinte e quatro euros e dezasseis cêntimos). A Demonstração dos Resultados apresenta um resultado líquido negativo de € 7.423.772,85 (sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e dois euros e oitenta e cinco cêntimos). O Balanço apresenta o valor de € 1.085.762.129,51 (mil e oitenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e nove euros e cinquenta e um cêntimos).-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, intervindo, esclareceu tratar-se da primeira Prestação de Contas no SNC-AP, o qual se encontrava previsto entrar em vigor desde dois mil e dezasseis para a Administração Pública, mas que foi sendo sucessivamente adiado. “Este ano, ainda que de uma forma facultativa, a Câmara optou por já fazer em SNC-AP. Fica, desde já, o meu agradecimento a todos os colaboradores do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial pelo trabalho que fizeram e que colocaram nas prestações de contas no seu todo, porque, como com certeza se aperceberam, é um documento muito mais extenso e deu muito trabalho para fazer a normalização contabilística e a transposição, ou a adaptação, necessária do POCAL para este novo sistema e isto deve-se à formação que foi transmitida aos nossos

colaboradores, mas também ao seu empenho e dedicação. Fica aqui o meu agradecimento a todas as equipas, obviamente, incluindo os dirigentes, Dr. Leonel Mendonça e Dra. Maribell Freitas, e as suas equipas que tiveram o trabalho de coligir toda esta informação. Normalmente no primeiro ano é sempre mais complicado para fazer todos os acertos. Penso que, nos próximos anos, as coisas serão já mais fáceis. Em termos do documento, propriamente dito, espelha um ano onde, também pela primeira vez, tivemos um Orçamento chumbado. O Orçamento de 2020 teve voto contra na Assembleia Municipal em 2019. Recordo também que na altura tínhamos um pacote fiscal proposto que foi, igualmente, chumbado. Importa ainda referir que foi um ano muito complicado para todas as autarquias, um ano onde fomos surpreendidos com uma pandemia que, de um momento para o outro, parou praticamente toda a atividade económica na nossa cidade e obrigou o Município do Funchal, como tantos outros, a tomar medidas, por um lado, de apoio direto às entidades que se viram também a braços com algumas das restrições provocadas pela COVID-19, nomeadamente às famílias, às empresas, às associações, aos agentes culturais, enfim, a todos aqueles que, habitualmente, fazem da nossa cidade uma cidade dinâmica e vibrante. Também do lado da receita, promover isenções a essas mesmas entidades. Isenções que acabam por ter reflexos financeiros”, disse.-----
---Continuando a sua intervenção apresentou um resumo do que

se encontra vertido na Prestação de Contas, quer no Relatório de Atividades, quer nas próprias Demonstrações Financeiras, da seguinte forma: **“Em termos económicos e orçamentais**, o nível da quebra de receita registada o ano passado foi uma quebra record. Tivemos cerca de € 19,5 milhões de euros de perdas de receitas face ao ano de 2019. Essas perdas compreendem-se entre perdas de receitas correntes e perdas de receitas de capital. Tive oportunidade de referir que, em receitas correntes e com alguma ligação à pandemia, tivemos uma perda de € 8,6 milhões de euros em 2020. Perda de receita que acaba por condicionar toda a execução orçamental porque, como sabem, sem receita não podemos assumir despesa. Quanto ao nível de execução da despesa, tivemos uma perda de € 1,8 milhões de euros, ou seja, tivemos menos € 1,8 milhões de euros de despesa face ao ano de 2019, o que, na prática, se consubstancia num grau de execução de despesa global de 76%, no montante de € 82,2 milhões de euros. No que concerne à receita, tivemos um grau de execução de 71%, com valor aproximado de € 77,4 milhões de euros. O PPI teve um valor de € 14,6 milhões de euros - é um valor bastante considerável, face às contingências que acabei de referir - sendo que a execução financeira do PPI foi de 48%. A execução física, ou seja, as obras no terreno, tiveram um valor superior. A execução financeira foi de 48%, mas a execução de cabimentos foi acima dos 70% e dos compromissos ainda maior, mais concretamente: a nível do PPI, a execução financeira foi de 48%, a nível de execução dos

compromissos, foi 86%, ou seja, 86% das obras estavam no terreno, com os cabimentos a ascender a 87%, ou seja, tivemos efetivamente as obras no terreno, no entanto, não se desenrolaram com a rapidez que gostaríamos. O que acaba por demonstrar os efeitos da pandemia no bom decurso dos investimentos que tínhamos no terreno, que acabaram por ficar condicionados. Como foi público, tivemos três meses de restrições, onde, inclusivamente, a construção civil chegou a estar parada. Face a estas situações, tivemos uma poupança corrente de cerca de € 3,6 milhões de euros, que representa o diferencial entre a receita corrente de € 70,7 milhões de euros e a despesa corrente adicionada às amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, ou seja, € 3,7 milhões de euros, neste caso, uma despesa corrente de € 63,4 milhões de euros. No que diz respeito ao PAM – Plano de Atividades Municipais – a execução ascendeu a € 12,1 milhões de euros, com um grau de execução financeira de 75,4%. Verifica-se uma redução de 9% face a exercício anterior, porque muitas das atividades que tínhamos previstas, acabaram por ser suspensas ou canceladas por via da COVID, nomeadamente, eventos culturais, eventos de promoção do empreendedorismo na área económica, na área cultural e na área desportiva, muitos dos eventos foram suspensos ou adiados para anos seguintes, o que, na prática, acaba por ter um reflexo nas nossas prestações de contas.

Passando da parte orçamental para a parte patrimonial e financeira, a Demonstração de Resultados evidencia a atividade do

Município no ano económico de 2020, o que acaba por ser a especialização de todas as entradas e saídas, os fluxos financeiros orçamentais acabam por ser especializados no exercício. O resultado líquido do exercício foi negativo em € 7,4 milhões de euros e, para isso, contribuiu essencialmente a redução dos proveitos, justificados pela quebra da atividade económica e pelas medidas de apoio que o Município foi atribuindo, no sentido de mitigar os efeitos da COVID-19 na nossa economia. Obviamente, a isto acresce o facto de termos tido um orçamento chumbado e um plano fiscal também reprovado, o que, de alguma forma, condicionou a capacidade de resposta do próprio Município. No entanto, e apesar disto, os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento são positivos em € 8,0 milhões de euros, sendo que em termos operacionais, o resultado também foi negativo devido às amortizações e depreciações do exercício que ascendem a € 15 milhões de euros, já efetuadas à luz das novas regras contabilísticas do novo classificador do SNC-AP. **No balanço**, evidencia-se a situação patrimonial num determinado momento, e o balanço em 31 de dezembro de 2019 ascende a €1085 milhões de euros, que reflete o montante de património total líquido do Município, aumentando face ao ano anterior em € 50 milhões de euros. Também há a registar, do ponto de vista de dívida e de endividamento, a redução da dívida financeira de curto, médio e longo prazo, em € 3,2 milhões de euros, e o cumprimento do limite da dívida total para efeitos de margem de endividamento,

apresentamos uma margem de € 57 milhões de euros – uma margem para o endividamento do Município que nos deixa numa situação bastante folgada face ao limite que temos por força da Lei.”-----

--- - A Vereadora do CDS/PP, Ana Cristina Santos, interveio para perguntar o que aconteceu com os programas *Mobility Info Points* e *Match Up*, uma vez que, do que foi orçamentado, foi muito pouco o que foi executado. “Queria saber o que tinha acontecido com esses dois programas e se vão ficar para o ano, ou se há ali alguma situação que desconheçamos?”, referiu.-----

--- - Respondeu o Vereador Bruno Martins, da Confiança, que estes programas, que são no âmbito da mobilidade, acabaram por se desenvolver de forma virtual. “Por exemplo o Match Up, que era sobretudo um intercâmbio de pessoas, entre serviços, ou seja, nós poderíamos aprender com aquilo que era feito nos outros países que estavam integrados nos nossos princípios de mobilidade na União Europeia. No fundo, as pessoas viajam, conhecem os projetos e podem debater uns com os outros o que é que está a funcionar ou não. Como estivemos em pandemia, isso não pode acontecer e acabámos por fazer as coisas virtualmente. Não gastamos as verbas, mas o trabalho fez-se na mesma. O trabalho fez-se à distância e, se calhar, a pandemia também nos trouxe essa perceção que, de futuro, não precisamos de viajar tanto para conseguir na mesma estar com as pessoas e beber desse conhecimento”, frisou.-----

--- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, interveio nos seguintes termos: “Enquanto o ouvia, desde há algum tempo a esta parte, eu próprio tenho tido alguns momentos em que o sinto estar, de certa forma, nalguma realidade paralela. Agora nunca ao ponto de viver numa completa utopia como aquela que nos apresentou e que mostra nestas contas. É um distanciamento total da realidade e daquilo que se passou no último ano. Li atentamente o documento que é extenso, e ainda bem que assim é, porque contra factos e contra aquilo que é exposto de uma forma objetiva, não há argumentos nem historinhas, por mais que você possa contá-las. Começando pelas suas palavras no documento, a sua primeira ideia transmitida é lamentar a perda de receitas, quando essa perda de receitas advém da menor cobrança aos munícipes. Portanto, é o oposto: em ano de pandemia, quanto menor for a carga fiscal, o peso da arrecadação sobre os munícipes, melhor seria. Mais: apesar dessa queixa da quebra de receitas, o orçamento disponível que havia para este ano, era de € 107 milhões de euros, ainda assim, é dos maiores dos últimos anos, senão décadas. Teve mais de € 100 milhões de euros para gerir a cidade. Mais: além da quebra efetiva das receitas, o Presidente sabe e queixou-se dessa quebra de receitas, em 2019, com o aumento extraordinário de € 21 milhões de euros em receitas, não me lembro de o Presidente dar mostras de contentamento. Há uma clara dualidade de critérios, de uma ambivalência sua para a posição que mais interessa. Mais: apesar

de haver, sim, uma queda de receitas, é uma queda que traz as receitas da Câmara para o nível de 2017, sensivelmente, e, portanto, não é uma queda catastrófica, é um retrocesso de dois anos. Mais: como é que o Presidente é capaz de se queixar publicamente da quebra de receitas quando, a nível da execução nem atinge os 100%? Havia muito mais para gastar, nem o que tem você gastou, quanto mais vir falar que precisaria de ter mais receita para poder gastar mais. Comece por fazer bem o trabalho de casa e gastar aquilo que já tem em receitas efetivas. Depois, quando você diz que “a autarquia esteve à altura das responsabilidades e foi capaz de, não só atender às carências das famílias, como de manter a economia local a funcionar” diga isto aos comerciantes que não receberam qualquer apoio de relevo; diga isto aos arrendatários de espaços concessionados que só receberam moratórias e que são obrigados a pagar rendas a dobrar, quando estas terminarem, isto é, se ainda tiverem sobrevivido; diga isto aos inquilinos da SocioHabitaFunchal, que não tiveram benefício de rendas suspensas, à imagem de outros inquilinos de habitação social da região; vai dizer isso aos Bombeiros Sapadores, cuja tutela é da sua exclusiva responsabilidade e que ainda não tiveram a majoração e correção nos seus salários. Isto é propaganda que você escreveu, sem adesão à realidade. Mais: o que mais refere, na sua página e um terço, é 2013. Nós vivemos oito anos depois de 2013, nós precisamos de projetos e de visão para o futuro. O Presidente

refugia-se permanentemente no passado, exatamente pelo tão pouco que tem para mostrar. Esqueça 2013, estamos em 2021. As obras que dá como exemplo, diria que são quase todas as obras e nem sequer são as terminadas. Repare: a reflorestação do Parque Ecológico, em curso; a modernização da ETAR, em curso e atrasada; a reabilitação do antigo Matadouro, em curso, atrasada e repetida anos a fio, orçamento após orçamento, contas após contas; outros das estradas, Comboio do Monte que ainda não abriu e não está plenamente funcional, etc. É uma completa utopia aquilo que você diz. Por último, na sua apreciação pessoal, assume resultados negativos. Eu fiquei a pensar: o Mago das Finanças perdeu os seus poderes. A magia das contas, a credibilidade financeira, desapareceu por artes mágicas. O Mago, de facto, teve aqui uma lacuna no seu currículo, acontece a todos. Mas não haverá uma associação dos lesados da Câmara por causa disto. Sobre a lengalenga que o Senhor Presidente repete vezes sem conta, da reprovação do orçamento e das respetivas consequências, sabe melhor que ninguém que não há consequências da reprovação do orçamento em Assembleia Municipal, muito menos em reunião de vereação. Isto é uma vitimização e uma contradição, até porque, se tivesse existido qualquer inconveniente, teria podido, e não o fez, apresentar qualquer alteração orçamental. Em todo o decorrer de 2020 não apresentou nem na reunião da vereação, nem na Assembleia Municipal, uma única alteração orçamental. Isso quer dizer que

viveu o ano todo de 2020 confortável com o orçamento que tinha e não quis nenhuma alteração, não sentiu necessidade de o corrigir. Isso prova que o orçamento reprovado não foi um problema para si. Depois há o capítulo de Recursos Humanos - e valorizo e acho que é de relevo, dito pela positiva, nem tudo é mau, há aspetos a valorizar – o reforço das equipas em 2020, com o aumento de 70% de recursos em 2020. Agora, apesar deste reforço das equipas, que é, como referi, de valorizar, nós só podemos lamentar a contínua não valorização dos recursos humanos da autarquia. Repare, foi este executivo, a recusa em atribuir o subsídio de penosidade e risco já no início de 2020, por proposta dos vereadores do PSD. Atribui mais recentemente, finalmente, a reboque de uma outra autarquia e com prejuízo de um ano na compensação desses mesmos colaboradores. Mais: foi também você quem liderou a recusa deste executivo, em reconhecer materialmente o esforço dos recursos humanos que estiveram na linha da frente no combate à pandemia. Reconhecimento material, que não passa apenas por palavras vãs que você tende muitas vezes a apregoar, mas que, depois, no fim do dia e ao fim do mês não têm nenhum impacto na vida real e efetiva e nas famílias dos funcionários da autarquia. Apresentámos propostas concretas para exercer esse mesmo reconhecimento que você, pura e simplesmente, chumbou, desprezou. Portanto, faltou muito em 2020 em termos de valorização dos recursos humanos da autarquia. Também lamentamos alguma demora em processos de recrutamento e

algumas zonas cinzentas. Não vou agora detalhar, mas há algumas queixas de decisões que podem ter sido tomadas de uma forma menos clara. E isto conviria evitar, Presidente, para seu próprio bem e da autarquia. Mais: uma nota recorrente da sua gestão, enquanto responsável pela gestão financeira da autarquia, são as baixíssimas taxas de execução orçamental. Aconteceu no ano da pandemia, aconteceu nos anos anteriores. Neste ano, já sobre o orçamento corrigido, revisto em baixa, atinge apenas, como bem disse e reconheceu, os 77%. Ficou aquém do que poderia e do que deveria ter sido em 23%, isto são € 25 milhões de euros de despesa orçamentada, só no ano de 2020, que não foi realizada. Isto é lamentável, devia ter vergonha desta gestão, desperdiçou quase um quarto dos valores orçamentados. Isto é especialmente grave num ano de pandemia, em que era exigido execução acima do normal, uma execução excecionalmente alta, exatamente para combater os efeitos diretos e indiretos da pandemia. É vergonhoso ter esse registo. Outra marca da sua gestão: a baixíssima taxa de execução de investimentos. Que me lembre, nunca chegou a ter uma taxa de execução de investimentos superior a 50%. Isto quer dizer que, do pouco que propõe, nem metade consegue concretizar. Está aqui prova cabal da sua incapacidade de gestão, de liderança de equipas, de capacidade de concretização das soluções que a cidade precisa. Mais: a acrescentar a esta vergonhosa baixíssima capacidade de execução, e comprovando-a, é o facto de terminar o ano, mais uma vez, com € 10,6 milhões de euros disponíveis em

depósitos bancários e caixa. Qual é que é a desculpa agora de, mais uma vez, terminar o ano com mais de dez milhões de euros em caixa, dinheiro vivo? O que é que nos vai dizer? São, outra vez, obras que estão em curso? Ainda que fosse obras, deviam ter sido avançadas, deviam ter sido implementadas, de forma a ter sido gasto esse dinheiro. Não há palavras que classifiquem um executivo que, em ano de pandemia e que se queixa tanto do orçamento chumbado, de quebra de receitas que não é catastrófica, e ainda acaba o ano com € 10,6 milhões por gastar. Marca Miguel Silva Gouveia. Isto é uma prova concreta da inoperância do seu executivo. Mais, você teve o cuidado de eliminar um dos capítulos onde, nos relatórios e contas anteriores, esta matéria era apresentada de uma forma clara. O capítulo 5, onde constava o quadro do resumo do balanço, pura e simplesmente desapareceu. Há de dizer-nos, certamente, que foi culpa do Estado ou da DGAL ou de alguém que o obrigou a retirar este capítulo. Muito mais difícil vemos este sobranço de € 10,6 milhões. Pela positiva, Presidente, só sobraram € 10,6 milhões, relativamente menos do que sobrou o ano passado que foi de € 15,7. Deixou de gastar muito, mas um bocadinho menos do que no ano anterior, portanto, há aqui uma ligeira melhoria. Ainda assim, a cidade precisa de mais, os munícipes precisam de mais do que a sua gestão. Sobre o novo capítulo que reflete a sua atuação em relação às medidas COVID-19, reparei que, a maioria das medidas, foram aplicadas como uma suspensão, surgem quase como uma isenção,

o que são coisas diametralmente opostas. Mais: as isenções que foram dadas, que foram atribuídas de uma forma bastante específica e com um horizonte temporal bastante limitado e curto no tempo, o Senhor Presidente esqueceu-se de referir essa limitação temporal, dando a ideia errada de que a Câmara aplicou uma série de isenções por aí abaixo, que, no fundo, não se verificaram, ou se se verificaram foram limitadas a poucos meses, como é o caso das isenções aos arrendatários dos espaços municipais que foram por apenas três meses. Mais: muitas destas propostas, também foram apresentadas pelos vereadores da oposição, e só lhe ficaria bem ter incluído meia-linha que fosse “propostas implementadas também por apresentação e sugestão dos vereadores da oposição”. Outras propostas, como o caso concreto da redução da fatura da água em março de 2020, só foram implementadas porque o Governo Regional, via Secretaria do Ambiente, via ARM, concedeu à Autarquia do Funchal um desconto nesse mesmo mês, na água que forneceu à Câmara. Portanto, só lhe ficaria bem ser honesto intelectualmente e dizer que esse desconto foi repercutido aos munícipes porque a autarquia também o recebeu do Governo Regional. E não é um benefício da autarquia, a autarquia simplesmente repassou o benefício aos munícipes. Também perguntava ao Senhor Presidente, esta medida desta tabela da página 16, é uma tabela de “Medidas de Apoio implementadas pelo Município do Funchal”, e a primeira é em relação ao IMT, nomeadamente no valor de um

milhão e novecentos mil euros. Eu pergunto ao Senhor Presidente qual é que foi o documento, qual é que foi a reunião de Câmara em que esta medida foi discutida e aprovada? Eu não me lembro de ter discutido em 2020 qualquer medida por este executivo que tenha a ver com a desoneração do IMT aos munícipes do Funchal em € 1,9 milhões de euros. Uma coisa é o Presidente dizer que a Câmara reduziu as receitas porque a pandemia impactou os negócios na cidade, inclusive as transações imobiliárias e, por conta disso, há menos transações, menos IMT. Agora vir dizer que não recebe € 1,9 milhões de euros por uma medida de apoio do Município do Funchal, é falso. É totalmente falso, isto é mentira. Mais: também refere nas medidas de apoio para debelar os impactos da pandemia, que aplicou uma suspensão das rendas de espaços municipais, no valor de € 1,5 milhões de euros. Sabe perfeitamente que é uma suspensão, que é um adiamento, que é uma moratória, e que estas rendas serão pagas no futuro. Seria da mais elementar justiça que também reconhecesse que, em 2020, estas rendas podem não ter sido recebidas, mas cuja cobrança e pagamento e recebimento, pelo menos esperado pela autarquia, ocorrerão no futuro, a começar em 2021, porque no segundo semestre de 2021 terminarão as moratórias. Seria honesto da sua parte que é um diferimento de receitas a receber. Quando muito, pode até ser uma medida excecional em 2020, mas será uma receita adicional ou extraordinária e um encargo excecional ou extraordinário sobre os arrendatários dos espaços comerciais da autarquia em 2021 e nos

anos futuros. Por isto, concluía que, sobre as medidas COVID-19, isto que disse que só em medidas da autarquia o impacto nas receitas de € 8,7 milhões de euros, é falso. Porque se retirarmos os € 1,9 e considerarmos que os € 1,5 são recebidos no futuro, o valor é significativamente inferior. No fundo, o esforço da autarquia em 2020, a nível da receita a receber para apoiar os munícipes, ou empresas, é muito menor, na realidade do que aquilo que quer deixar transparecer. Mais: dá-se ao desplante de dar ênfase a medidas que só foram propostas em reunião de Câmara pelos vereadores do PSD. Dou-lhe um exemplo: a aquisição dos quinhentos tablets, em que inclusive nessa reunião de Câmara o Presidente e a sua equipa votou contra essa mesma proposta, foi chumbado em reunião de Câmara nessa manhã e nessa mesma tarde, em declarações da autarquia à comunicação social, veio dizer que uma das propostas a implementar pela autarquia para apoiar a pandemia era a aquisição de 500 tablets. Que falta de ética é esta em que, de manhã, chumba uma proposta e à tarde vem apresentá-la publicamente como sendo sua”.-----
---Prosseguindo a sua intervenção, continuou: “Em relação às receitas, vai chorar até à última lágrima, o facto de as receitas terem decrescido; nada invalida o facto de, os impostos diretos, que é aquilo que depende diretamente da autarquia, terem aumentado: o IMI cobrado, aumentou; a derrama cobrada pela Câmara Municipal do Funchal às empresas, aplicada apenas pelo executivo do qual faz parte, aumentou 33%; gostava de o ver explicar

publicamente, se for homem, explique; se for um líder explique publicamente hoje à noite, como é que em 2020 a derrama que a Câmara Municipal do Funchal liderada por si, aumentou 33%. Estarei atento para ver se você se assume como um líder e explica isto à população e aos empresários da cidade. Aguardarei pelas suas palavras. Seguindo, impostos indiretos. Entre a verdade que reduz por efeitos da pandemia na cidade, taxa de publicidade, por exemplo, aumentou 26%. Taxas, multas e penalidades: também reduziu como um todo, mas, curiosamente, nas coimas e nas contraordenações aumentou 140%. Será isto o início embrionário da polícia municipal? Será isto uma amostra da perseguição que haverá sobre as empresas da cidade caso haja uma polícia municipal efetiva e a perseguir os nossos empresários? Mais: além das coimas e penalidades, a rubrica que mais aumenta também é Multas e Penalidades Diversas, que é mais de 19%, quase 20%. Assume que, em ano de pandemia, houve uma perseguição e uma caça à multa junto dos nossos empresários? Outra rubrica em que o valor recebido pela Câmara mais aumentou em 2020 é Transferências Correntes, nomeadamente Participação no IRS. Quem foram os vereadores, quem foi o partido que anda desde há anos a dizer que há espaço e que há margem para a Câmara aumentar a devolução de IRS às famílias do Concelho? Dizemos isto todos os anos, quer quando da discussão dos pacotes fiscais, quer quando da discussão do Orçamento, quer quando das Contas. O ano passado já houve aumento, este ano voltou a haver

aumento. Ano de pandemia, a Câmara volta a ganhar mais IRS, volta a ganhar mais valores que foram arrecadados/cobrados às famílias do Concelho. Mais uma vez, prova cabal de que os vereadores têm razão de ser e que faz sentido aumentar a devolução de IRS às famílias. Por último, à semelhança de anos anteriores, nas transferências de capital, que também aumentam este ano, cerca de 77%, portanto, a Câmara recebe a nível de transferências muitíssimo mais do que o ano passado que já tinha aumentado face a anos anteriores, e que o maior aumento é, surpresa, novamente o Governo Regional via IDR a nível de Fundos Comunitários. Apesar da sua ameaça e conversinha da asfixia financeira, os números mostram que é, ano após ano, o Governo Regional, via IDR, do envelope que recebe de fundos comunitários, a entidade que mais transfere verbas para a Autarquia do Funchal. Mais, este ano aumentou 93%, quase o dobro. São € 5,5 milhões de verbas comunitárias só via POSEUR, fora os outros programas. Mais: além de receber, sobretudo do Governo Regional, que é também, não só o maior contribuidor, como também o que mais aumenta, é de lamentar, o Presidente sabe e por isso é que não consta, as taxas de execução dos projetos candidatos e aprovados a fundos comunitários, alguns com baixíssimas taxas de execução e alguns com demoras na execução, não vou dizer de meses mas de anos, em que o dinheiro está lá empatado e a Câmara não avança e o dinheiro continua lá preso sem utilização com risco de devolução. E, apesar disto tudo, o Presidente é capaz de vir chorar

para a televisão que a Câmara é alvo de uma asfixia financeira por parte do Governo Regional, a Câmara não pode fazer mais, esqueçam, não tivemos € 10,6 milhões em caixa, o Governo Regional não apoia a Câmara, esqueçam, o Governo não foi o principal contribuidor em transferências, a Câmara perdeu receitas, não recebemos mais de IRS... A realidade não confirma aquilo que você diz. Depois, há aqui alguns aspetos técnicos – eu reparei e o Presidente reparará também – na coincidência que é, quanto diz que a queda das receitas totais foram cerca de € 19,5 milhões de euros, eu também vi em detalhe o número que consta aqui na tabela da página 23 - é o quadro 7 da execução da receita da página 23 – em que, ao contrário de todos os anos anteriores, na última linha, escondidinho, quase num tamanho de letra mais pequeno, o saldo da gerência anterior consta no orçamento inicial, mas não consta no orçamento realizado, numa prática que diverge dos anos anteriores e que permite o aumento da queda da receita em pelo menos dez milhões. Portanto, essa queda de que se queixa, de € 19,5 milhões, se nós incluirmos o saldo do ano anterior, que está cá, o saldo não desapareceu, e também se incluirmos os € 6,9 milhões de financiamentos que foram contratados e não foram recebidos, porque a Câmara não avançou com os projetos, a queda de receita passa dos € 19,5 milhões para míseros € 3 milhões. Portanto, a propagandeada queda de receita de € 19,5 milhões é um mero artifício contabilístico. Eu perguntava especificamente ao Senhor Presidente como é que explica que, contrariamente a todos

os anos anteriores, o último valor da tabela 7 da página 23, no saldo da gerência anterior, de repente, passou para zero. E que consta nos outros mapas e neste não consta. Isto é que justifica uma queda tão grande de receitas de € 19,5 milhões. Já falamos também na queda de receitas, quando diz que na fatura da água afeta a redução do consumo, mas também na decisão de isentar num período de confinamento, seria honesto da sua parte referir que esse desconto da Câmara só surge por recebimento de igual desconto do Governo Regional via ARM – que o fez nas faturas de água. É de salvaguardar o facto de as despesas supérfluas se terem reduzido, sim, face ao ano anterior. Não deixam de ser de mais de dois milhões de euros, se juntarmos os prémios, condecorações e ofertas, os estudos, pareceres e projetos de consultadoria, os seminários, exposições e similares, a publicidade e os outros serviços. Só nestas rubricas o Senhor Presidente gasta dois milhões de euros. Eu realçava que, estes dois milhões de euros gastos nestas rubricas “supérfluas”, são mais do dobro, ou mais de três vezes aquilo que o Senhor Presidente apresentou nas despesas no quadro das medidas COVID-19, que foi seiscentos e tal mil euros. Gasta mais em rúbricas de fornecimentos que contrata de forma perfeitamente supérflua, do que no apoio ou nas despesas relacionadas com o combate à pandemia COVID-19 pela Câmara Municipal do Funchal. Se acrescentarmos ainda rúbricas que aumentam de uma forma estranha ou drástica neste ano, nomeadamente a locação de outros bens ou “outros trabalhos

especializados”, este valor de dois milhões de euros em rubricas, não vou dizer totalmente supérfluas, mas suspeitamente supérfluas, chega quase aos três milhões. Eu lembrava também que, nestas rúbricas supérfluas, se inclui a verba que o Senhor Presidente gastou, autorizou, assinou e contratou em fogo-de-artifício, que, se não tivesse sido vista e ouvida por todos os residentes na cidade àquela data, seria certamente negada pelo Senhor Presidente a dizer que nunca ocorreu e que, aliás, nem houve despesa nesse sentido. Lamentável que, no seu cômputo global, estas rubricas tenham aumentado mais de 4%, o que mostra que, apesar de ter havido, sim, um decréscimo das receitas, apesar de ter havido algum decréscimo na atividade, e mesmo até com algum aumento das despesas para combater o COVID-19, o Presidente não foi capaz de incutir na gestão da autarquia um acréscimo de eficiência e repercutir o decréscimo de alguma atividade no decréscimo das despesas. Isso mostra incapacidade de gestão, mostra incapacidade de refletir ou de ajustar os custos variáveis da autarquia ao seu nível de atividade”. -----

---O mesmo Vereador prosseguiu a sua intervenção acrescentando: “Indo para a dívida: a dívida, aparentemente, decresce em 2020, por apenas três razões. Em primeiro lugar, a Câmara limita-se a cumprir os planos de pagamento acordados nos contratos indevidamente que vêm do passado. Foi dívida contraída no passado para investimento, há planos de pagamento anuais, a Câmara tem cumprido. O que só prova, em primeiro

lugar, a exequibilidade e a sustentabilidade dessa mesma dívida. Em segundo lugar, a dívida decresce porque a dívida contratada que você fez nova, que contratou nos anos mais recentes, à medida que os projetos avançam – uns avançam devagar, devagarinho ou quase não avançam – o recebimento de montantes de terceiros, de bancos financiadores, também é reduzidíssima. E como os projetos não avançam, os valores a receber de dívida quase não têm impacto nenhum. Por último, relembramos que ficou o ano todo de 2020 confortavelmente sentado à espera que chegasse o ano de 2021, ano eleitoral, mera coincidência certamente, para contratar um financiamento excepcional de combate à pandemia. Nós referimos o tema desde o início, do final do primeiro trimestre de 2020; passou-se o primeiro trimestre, segundo trimestre, terceiro trimestre, o quarto trimestre. Chegámos a 2021 e, de repente, precisamos de um financiamento. E por isso é que a dívida não aumentou em 2020. Acrescento ainda que, o financiamento em 2021, foi uma estratégia eleitoralista, desenvolvida para benefício pessoal, com sacrifício das empresas e das famílias do Concelho. Ainda em relação à dívida, a certa altura diz, de uma forma não clara, que efetivamente a capacidade de endividamento são € 110 milhões de euros, que tem dívida de trinta e cinco, e que terá uma margem de setenta e cinco, as que existem € 17,9 milhões de euros de empréstimos já contratualizados, mas que não estão refletidos nas contas. Pela inclusão destes € 17,9 milhões é que se chega a uma margem de financiamento de cinquenta e sete. Afinal, estes €

17,9 milhões são ou não são dívida? Não constam no report oficial, mas constam nas notas de rodapé. Aliás, quando agora apresentou as contas disse: a dívida reduziu a terceiros € 3,2 milhões de euros. Quando diz isto, está a excluir estes € 17,9 milhões. E depois também disse que o Município tem uma margem de dívida de € 57 milhões para endividamento futuro. Quando refere os cinquenta e sete, já inclui os € 17,9 milhões de euros. Em que é que ficamos? Os € 17,9 milhões, são ou não são dívida? É que se são, devem constar explicitamente e quem é que são os credores, não é só referir notas de rodapé. O facto de que, consideramos os € 17,9 milhões de euros de dívida, a dívida da autarquia aumenta e isto é o que você quer esconder. Sabe porquê? Porque aumentar a dívida, que é algo que é natural e que existe e deve existir sempre que há investimento, contradiz a lengalenga que tem vindo a dizer desde que tomou posse, que é “Eu reduzo a dívida”. Ora bem, reduziu a dívida, sim, mas também contratou vários novos financiamentos, inclusive em 2020 a dívida aumentou, porque, além do que é registado, há mais € 17,9 milhões de euros de dívida que estão referidos nas notas de rodapé, e que são dívida da autarquia, empréstimos já contratualizados e que não constam nos mapas da dívida. Afinal de contas, você também se contradiz e também contrai nova dívida, à semelhança dos executivos do PSD, naturalmente dívida para investimento.”-----
---Prosseguiu: “Quase terminando, eu destacaria mais uma vez a sua falta de transparência, você que é o responsável maior pelas

contas da autarquia, no envio atempado da certificação legal de contas e o relatório dos auditores. Nós recebemos um email hoje, às treze horas em ponto, duas horas antes desta mesma reunião, que é um timing manifestamente insuficiente para uma devida e cautelosa e cuidada análise a este documento, afirmando ainda que tal significa que o Presidente não quer que a situação legal seja analisada a certificação legal de contas, porque os auditores e os revisores têm vindo, ano após ano, a elencar reservas para as quais não há solução, pelo que a estratégia passa por enviar a certificação o mais tarde possível para não se analisada e comentada em detalhe”.-----

---Na continuação da sua intervenção, apontou o facto de haver um aumento contínuo e significativo das provisões. “As marcas, além do excesso, ou dos valores com que sobra ao final do ano, além da dívida escondida, além de uma série de marcas da sua gestão, de falta de prioridade às despesas, outro exemplo concreto é o aumento das provisões e isto advém só da conflitualidade da sua gestão com terceiros. Porque ano após ano, o avolumar de passivos contingenciais e de intenções de processos intentados contra a autarquia, cresce sucessivamente. E porquê? Porque, enquanto líder da autarquia, pela sua incapacidade de gestão a bem e de chegar a um consenso, em estabelecer acordos com as entidades com as quais a autarquia tem diferendos e por isso é que, ano após ano, desde que o Senhor chegou à gestão financeira da autarquia, se avolumam e se acumulam os processos judiciais

contra esta Câmara, que, legalmente, por sua vez é obrigada a provisionar esses valores. Esta é outra marca da sua gestão: aumento sucessivo de contencioso contra a autarquia, aumento sucessivo dos valores provisionados, aumento sucessivo dos passivos em contingência e que a autarquia poderá ter que vir a pagar. Concluindo: Eu vi e analisei este Relatório do que foi a sua execução ao longo de 2020 e que deve ser, de uma forma justa, apreciado, por um lado, em relação ao orçamento que o Senhor nos apresentou no ano anterior, portanto, em finais de 2019, e aquilo a que se propôs fazer ao longo do ano de 2020, e, por outro lado também, de uma forma que eu acho justa e correta tendo em conta as circunstâncias excepcionais nas quais, esta execução daquilo que propôs fazer foi sujeita, nomeadamente a pandemia COVID-19 e, quer em relação a um critério, quer em relação a outro, por tudo aquilo que aqui referi, a sua gestão fica muitíssimo aquém daquilo que poderia ter sido. A história da sua gestão repete-se ano após ano, é algo factual, não há aqui uma gestão ou um resultado diferente daquilo que foi em anos anteriores. Estas conclusões que nós vimos agora em 2020 se aplicam, na sua grande maioria, aos anos de 2019 e aos anos de 2018, não há aqui uma majoração da pandemia sobre a sua gestão: baixíssima gestão e execução orçamental, quer a nível corrente, quer a nível de capital; aumento da arrecadação de impostos e taxas específicas, sobretudo aquelas que dependem diretamente da Câmara – vimos isso agora, aconteceu em algumas rúbricas específicas de receita em 2020 e

em 2019, de forma generalizada; existência de foco de despesas supérfluas, ou pelo menos não prioritárias, face a outras despesas – aconteceu em 2020 e o mesmo em 2019 e nos anos anteriores; a quase inexistência de novos projetos de investimento, são os mesmos, aqueles que apresentam em 2020 nas suas notas e comentários às contas são os mesmos que vêm de trás; inexistência de um único projeto estruturante para toda a cidade, para todos os municípios; a manutenção de saldos milionários em conta – aconteceu em 2020, aconteceu em 2019 e por aí adiante; este exercício fica marcado pela sua decisão unilateral de encerramento e dissolução da Frente MarFunchal, colocando em risco, não só todos os postos de trabalho dos mais de cem funcionários da empresa, como também da sua antiguidade. Decisão sua, unilateral, que nem sequer foi discutida previamente em reunião de Câmara, previamente à sua apresentação pública. Referia os projetos estruturantes: a ETAR continua, ano após ano, em curso; Matadouro, etc., já referi os zero projetos estruturantes. Que melhor exemplo você quer que a “Felisberta”, que consta desde 2016 em todos os relatórios produzidos pela Coligação? Era uma bandeira da reabilitação urbana da sua gestão. “Cadê” a “Felisberta”? Mudaram sequer a lona? Nem a lona sequer atualizaram. E ainda se vangloria a dizer que este executivo conseguiu cumprir aquilo que era esperado. Você não fez, nem de perto, nem de longe, tudo o que poderia ter feito para atender, para acudir, para salvaguardar, para defender, quer as famílias, quer as

empresas residentes no Concelho. Já vimos que terminou o ano com mais de dez milhões de euros que poderia ter gasto. Poderia ter recorrido já em 2020 a financiamento bancário extraordinário para apoio a impactos diretos e indiretos da pandemia COVID-19. Apoios emergenciais a longo prazo: os apoios que implementou, contrariamente às propostas dos vereadores do PSD, foram sobretudo moratórias e não isenções; simplesmente adiou os pagamentos sobrecarregando os pagamentos futuros, 2021, segundo semestre e anos futuros. Não apoiou os seus próprios recursos humanos, não os valorizou, não os reconheceu materialmente, nem a carreira dos Bombeiros Sapadores, que depende do seu pelouro, soube reconhecer e valorizar em tudo o que a lei permitiria. A conclusão é só uma, na minha opinião e espero que fique expressa: em virtude dos considerandos factuais – permita-se deixar claro que tudo aquilo que falei está objetivamente, quantitativamente referido neste documento de mil e tal páginas como referiu e que nos apresentou – face a estes factos expostos por si e assumidos por si porque estão aqui escritos, impressos no Relatório e Contas de 2020, face ao que nós entendemos que deve ser o privilégio da racionalidade e da defesa, da ponderação e defesa do interesse público municipal, e face à mais que evidente e manifesta inépcia, incapacidade, impreparação na sua gestão dos recursos públicos municipais, eu entendo e por isso vou votar contra estas Contas, que não poderei de todo, em circunstância alguma, ratificar as contas que você propõe que nós

votemos favoravelmente quanto à sua gestão do ano de 2020, gestão do executivo liderado por si, por isto que aqui foi dito e que é absolutamente factual e quantificado, não vejo nenhuma hipótese de votar a favor ou sequer abstenção, face à gravidade dos números que aqui são expostos.”-----

--- - A Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, interveio dizendo lamentar que o executivo não tenha isentado as rendas dos comerciantes dos mercados municipais porque, conforme referido na altura, não havia dinheiro, apesar que existiam financiamentos de 2020 não utilizados, “portanto, além de ter dinheiro em conta, é lamentável que não se conseguiu utilizar alguma verba para apoiar três meses, unicamente três meses, e aprovar moratórias. Por outro lado, queria aqui ressaltar a baixa execução do orçamento, principalmente na área de urbanismo e ordenação do território, que achei muito baixo; na ação social, uma execução de 12%, também considerei muito baixo. Gostaria de deixar aqui a nota que lamento que não se conseguiu ajudar os nossos comerciantes, quando existia e se mostra na prestação de contas que existia dinheiro suficiente para o fazer”, concluiu.-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu a estas intervenções, começando por referir que algumas das considerações tecidas pelo Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, quase roçaram a pessoalização e a ofensa pessoal. “Eu não vou entrar nesse registo, Senhor Vereador. A maior parte da intervenção foi uma coleção de narrativas romantizadas daquilo

que se passou em 2020, a esmagadora maioria delas são repetidas, já as ouvimos, portanto, na prática, não há aqui nada de novo que o senhor Vereador tenha trazido a esta reunião da Prestação de Contas de 2020, nem tão pouco trouxe nada de novo sobre o seu conhecimento de finanças municipais e de finanças do poder local. O que, se me permite, quatro anos depois de termos entrado nestas funções, penso que já não irá a tempo de perceber de finanças municipais, que eu tenho tentado objetivamente explicar e, quando percebo que há um genuíno interesse em aprender, até me dou ao trabalho de explicar, por exemplo as questões das dotações que ficam cativadas em compromisso e que não podem ser utilizadas para outros fins, os empréstimos, como o Senhor Vereador referiu, de € 17 milhões de euros, empréstimos que estão contraídos mas não estão vertidos em dívida, porque só se tornam dívida quando são efetivamente executados e só são executados quando as obras estão no terreno e têm uma prossecução; eu também tive oportunidade de referir que nós temos 48% de taxas de execução, que é uma preocupação também partilhada pela Senhora Vereadora Ana Cristina. No entanto, temos 87% de compromissos do Plano Plurianual de Investimentos executados, o que significa que as obras estão no terreno. Também não lhe vou explicar, novamente, que o saldo de gerência quando transita de um ano para o outro, são verbas que não podem ser alocadas noutras despesas, são verbas que são alocadas para os compromissos que já estão emitidos. Enfim, um conjunto de

afirmações que demonstram que o Senhor Vereador se está a referir pouco à parte técnica daquilo que está aqui referido, e a entrar muito na parte política, na má aceção que a palavra “política” tem, quando tentamos criar aqui alguns enredos, algumas narrativas, alguns romances – é natural que alguns políticos o façam, dando como exemplos o de Winston Churchill que, sendo político, ganhou o Prémio Nobel da Literatura, de ficção, e ainda do ex-Presidente do Governo, Dr. Alberto João Jardim, “que teve a amabilidade de me oferecer uma obra que não tem qualquer pejo em dizer que é ficção”. Se calhar o Senhor Vereador Jorge está a tentar entrar por essa via e louvo-lhe a capacidade de poder criar aqui uma utopia como referiu, onde a realidade seja tão diferente daquela que na Terra e no Funchal se trabalha”.

---Continuou referindo que, “nos últimos anos, já foi bastante explicado as diferenças entre a contabilidade orçamental e a patrimonial, que se mantém no registo de SNC-AP. Quando falamos de responsabilidades orçamentais, estamos a falar das receitas que são efetivamente recebidas num exercício; no entanto, quando falamos de responsabilidade patrimonial, especializamos a um exercício aquilo que são os proveitos da Câmara e os gastos e as perdas. Na prática, quando se refere que nós não isentámos o ano passado, quando, olhado sob uma ótica patrimonial e, de acordo com aquelas que são as medidas que temos vindo a tomar este ano, sim, especializaram-se no exercício do ano passado,

apesar de algumas decisões terem sido tomadas este ano. Por outro lado, as receitas, quando há uma protelação ou diferimento dessas mesmas receitas, há efetivamente um reflexo na execução orçamental. Na prática, não podemos andar a saltitar, temos que ser sérios e honestos, e temos que olhar para estas contas da forma como efetivamente são e foram feitas de forma exemplar, refiro mais uma vez, pelos nossos serviços. Às tantas percebi o Senhor Vereador Jorge dizer “nós, no Governo Regional”, “nós transferimos verbas via IDR, que vêm do POSEUR, que, por sua vez, são fundos comunitários”. Bom, nós temos que saber dar o mérito a quem o tem e, se há quem tenha mérito de conseguir esse financiamento, são os colaboradores do Município que desenvolveram os projetos, candidataram ao IDR, ao POSEUR, ao Fundo de Turismo, ao PRODERAM, aos fundos de financiamento e conseguiram efetivamente essas receitas de Fundos Comunitários. Não é aqui a um intermediário, a quem nós devemos prestar vassalagem. Aliás, não devemos prestar qualquer tipo de vassalagem a ninguém, porque o Funchal é uma cidade livre, pelo menos é esse o Funchal que eu concebo, não prestando aqui qualquer tipo de subordinação a quem não lhe merece. De resto, há aqui umas questões que foram levantadas sobre apoios fiscais e que não se lembra de ter aprovado apoios fiscais. Senhor Vereador, ainda a semana passada aprovamos apoios fiscais que têm implicações no IMT, aqui na reunião de Câmara e o Senhor Vereador Bruno lembrar-se-á das imensas deliberações que tem

agendado de benefícios fiscais, que têm sido beneficiados muitos dos projetos que estão, neste momento, em curso na nossa cidade. Diz que até a si o surpreendeu as isenções que foram dadas. Nós, efetivamente, demos isenções, o ano passado, demos três meses de isenções – pode achar pouco ou muito – mas, a verdade, é que foram efetivamente concedidas isenções também de rendas e de taxas municipais. No que concerne aos € 5 milhões de euros, deu aqui a entender que havia alguma motivação eleitoralista. Não, não há. Mais uma vez, é racionalidade, seriedade e responsabilidade. Nós contraímos o empréstimo de € 5 milhões de euros no final do ano passado, quando o mesmo era possível, à luz do Orçamento de Estado. Foi o Orçamento de Estado que veio permitir que os Municípios pudessem contrair empréstimos para financiar despesas correntes. Antes, não era possível. Tal como não era possível aplicar o subsídio de penosidade antes de o Orçamento de Estado ter sido publicado e antes de ter sido efetuada pelos serviços, exaustivamente, uma análise de riscos a todos os trabalhos que possam ter esse risco associado. Tem sido uma prática desta casa cumprir escrupulosamente aquilo que está previsto na Lei. Em termos de funcionários, há aqui uma questão que não posso deixar de referir: dizer que nós não valorizamos os funcionários... Senhor Vereador Jorge, valorizamos os recursos humanos no desbloqueio de carreiras; valorizamos na contratação de novos recursos humanos; valorizamos na formação, que nunca existiu tanta formação como há neste momento; valorizamos na

criação de uma Divisão de Saúde e Segurança no Trabalho, que não existia; tendo Medicina no Trabalho para todos os mil, seiscentos e setenta e seis trabalhadores; e, se formos a analisar, também, a componente financeira, que também foi aqui objeto de críticas, fiz umas contas rápidas, se formos a analisar na página 13, em 2013 cada trabalhador recebia, em média, dezassete mil e setecentos euros; em 2020 cada trabalhador recebe, em média, vinte mil euros. Portanto, na prática, o que está a acontecer é uma valorização, do ponto de vista financeiro, dos nossos recursos humanos. Acha que não é suficiente, imagine-se se achasse que fosse suficiente: se não sendo suficiente, chumbam orçamentos, sendo suficiente, imagine-se o que não fariam. Em relação à Certificação Legal de Contas: nós recebemos hoje de manhã. Como sabe, a CLC só se torna definitiva depois de as Contas serem aprovadas. As Contas são aprovadas em reunião de Câmara e só após essa aprovação é que teremos a CLC definitiva. A realidade é que, inclusivamente nas reservas que o Senhor Vereador falava, eram habitualmente quatro, este ano são só duas e uma delas, a primeira, estava na iminência de cair este ano. No entanto, pedimos um parecer a quem tem a tutela, para avaliação do nosso património, dos nossos ativos, para podermos fazer de acordo com aquelas que são as regras de quem tem a tutela da avaliação de património, nomeadamente, de domínio público municipal. Essa é a divergência para a queda da primeira reserva. Outra, são operações de fecho do ano, que tem sido normal acontecer.

Gostaríamos de ter recursos para, rapidamente, junto da banca, em 31 de dezembro, conseguirmos fechar com todos os lançamentos conciliados com as nossas faturas. De resto, esta é a melhor CLC que temos a apresentar desde que aqui cheguei. Fizemos cair duas reservas, uma delas, relacionada com os advogados – e isto permite-me também fazer a ponte para as provisões que o Senhor Vereador voltou a criticar. As provisões são feitas de acordo com aquelas que são as informações que nos transmitem os nossos advogados para aprovisionar. Portanto, as provisões têm crescido, sim. Não se trata de pretender ter aqui uma atitude de contingência ou belicosa, trata-se, sim, de defender intransigentemente os Funchalenses. São esses que me elegeram e são a esses que devo explicações. Não tenho qualquer sede partidária que me diga aquilo que devo pensar ou fazer; fazemos e defendemos aquilo que achamos que é melhor para a cidade do Funchal e os Funchalenses. Se isso acaba por ter um reflexo de defesa dos seus interesses em tribunal, assim seja. Estamos perfeitamente conscientes de que estamos a defender quem deve. Acho que só algo que disse e que eu concordo: que o PSD contraiu dívida. Sim, o PSD contraiu dívida. De resto, não vamos ter aqui qualquer outra ponte de entendimento. Resta-me dizer que, independentemente dos seus reptos, não me tornará mais ou menos homem aquilo que disser daqui a pouco à Comunicação Social”, rematou.-----
--- - Colocados à votação, a Câmara deliberou aprovar, por maioria,

com votos contra do PSD e CDS/PP, e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número um do artigo trinta e três e alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.-----

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA: - O texto da deliberação tomada na presente reunião é, ao abrigo do estatuído no número três, do artigo cinquenta e sete, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte e um, do Regimento da Câmara Municipal, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 217/2021, publicada nos locais de estilo.